

Autoridades reagem em bloco para combater onda de boatos

Em um movimento orquestrado, o governo decidiu reagir em bloco à onda de boatos que tomou conta do mercado financeiro nos últimos dois dias e provocou elevado volume de resgates de aplicações no **open market**: o ministro Funaro tranqüilizou a indústria; o presidente do Banco Central, o mercado de capitais e bolsas de valores; o assessor João Manoel Cardoso de Mello, os bancos de investimento e comerciais; e o diretor da Dívida Pública, todas as instituições e investidores que operam no mercado aberto. Em função desses recados, o dólar, que chegou a bater em Cz\$ 36, fechou cotado entre Cz\$ 32 a Cz\$ 33.

Com algumas nuances o recado era o mesmo: o governo está interessado em preservar a poupança interna, um objetivo importante na política financeira, e carecem de fundamento os boatos a respeito de quaisquer medidas compulsórias sobre títulos públicos ou privados. Mas apesar disso ainda havia insegurança por parte de alguns investidores que preferiram sacar seus recursos aplicados **overnight** e deixá-los em conta corrente nos bancos. As grandes empresas, nacionais e multinacionais, depois de tomarem conhecimento dos esclarecimentos das autoridades econômicas, optaram por manter suas aplicações.

As 9h, horário normal de abertura do **open market**, os bancos, ao contrário de dias normais, ficaram esperando para ver qual seria o comportamento do Banco Central no mercado e o nível das reservas bancárias. Havia um temor de corrida aos bancos, com grandes saques. Como isso não se confirmou e o BC garantiu liquidez (dinheiro) a todas as instituições que precisassem de recursos para financiar suas carteiras de títulos, à taxa de 30,58%

ao mês, o mercado operou sem problemas maiores, mesmo tendo iniciado os negócios só a partir das 10h30min.

Mas se o mercado funcionou normalmente no **open** em operações de curtíssimo prazo, nada foi feito em termos de compra e venda definitiva de títulos privados ou públicos. Os bancos cotaram seus papéis prefixados em 720% ao ano e pós-fixados a 28% ao ano mais a variação das Letras do Banco Central, mas não atraíram o interesse dos investidores.

No cofre

A pergunta mais ouvida ontem por analistas e operadores era "o que fazer com o dinheiro"? Afinal, a insegurança era muito grande e ninguém queria arriscar a perder nada. Um banqueiro chegou a contar o caso de um cliente que preferiu tirar o dinheiro da conta corrente e colocá-lo em um cofre bancário, onde, acreditava, teria maior segurança. Até mesmo entre os depositantes de poupança havia o temor de que o governo decidisse congelar por um determinado prazo os recursos depositados em cadernetas.

Todo esse quadro de insegurança teve reflexos negativos nas bolsas de valores (-1,1% de queda no Rio e -1,3% em São Paulo), aumentando a pressão compradora sobre o ouro e o dólar. O ouro subiu 7,7% só no dia de ontem, fechando cotado a Cz\$ 450 o grama, no mercado à vista da Bolsa de Mercadorias de São Paulo, que bateu todos os recordes de negociação, com 935 contratos efetivados, no valor aproximado de Cz\$ 106 milhões.

O dólar no mercado paralelo abriu a Cz\$ 29 para compra e Cz\$ 32 para venda,

chegou a atingir Cz\$ 35/36 para venda, fechando entre Cz\$ 32 a Cz\$ 33 (alta de 6,4%). Com os pronunciamentos oficiais tranqüilizadores, a pressão cedeu.

Solidariedade

Em São Paulo, os grandes investidores prosseguiram o movimento iniciado na véspera, sacando seus depósitos no **open** e o presidente da Federação Brasileira das Associações de Bancos (Febraban), Antônio Rocha Pádua Dinis, somente ficou mais tranqüilo à tarde após telefonema do diretor da Dívida Pública do Banco Central, Alkimar Moura, que lhe garantiu não estar em cogitação pelo governo nenhuma medida drástica que penalizasse o mercado.

O novo presidente da Associação Brasileira de Bancos Comerciais (ABC), Elmo Araújo Camões, presidente do conselho de administração do Banco Sogeral, afirmou que "os banqueiros estão solidários com o governo". A expectativa do setor, disse, é de que "as negociações com os banqueiros estrangeiros cheguem a um bom termo" para que as autoridades brasileiras "tenham fôlego para colocar a casa em ordem e equacionar também os problemas internos".

Pela manhã o ministro da Fazenda, Dílson Funaro, telefonou ao presidente da Federação das Indústrias de São Paulo, Mário Amato, e outros líderes empresariais do país para fazer-lhes um pedido urgente: que transmitissem às suas bases a garantia do governo de que a moratória anunciada se refere exclusivamente às contas externas do país, não se aplicando aos débitos internos do governo e muito menos à poupança privada.